

O recurso de uma empresa do setor alimentício da região de Navegantes, contra decisão que deferiu o pagamento de horas extras a uma merendeira, foi o primeiro, em toda a Justiça do Trabalho, a tramitar pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe-JT) na segunda instância. A solenidade de lançamento aconteceu na tarde do dia 19 de março de 2012, na sala de sessões do TRT-SC, e contou com a presença do presidente do CSJT e TST, Ministro João Oreste Dalazen. A distribuição automática do recurso foi para o gabinete do Desembargador Gilmar Cavalieri, da 3ª Câmara, onde foi julgado no dia 17 de maio.



Julgamento do primeiro recurso do Processo Judicial Eletrônico (Pje-JT) no segundo grau, na Justiça do Trabalho catarinense, em 17-5-2012.

Recentemente foram criadas seis novas unidades judiciárias para a Justiça do Trabalho de Santa Catarina, por meio da Lei n. 12.477/2011, que criou a Vara de Trabalho de Navegantes e a 2ª Vara do Trabalho de São Bento do Sul, e da Lei n. 12.658/2012, que criou a Vara do Trabalho de Palhoça, a 3ª e a 4ª Varas do Trabalho de Chapecó e a 2ª Vara do Trabalho de Brusque.



Parceria com TJ/SC leva audiências trabalhistas novamente para Porto União, em 1º-6-2012.

O Tribunal Pleno, mediante a Resolução Administrativa nº 16/2012, aprovou a transferência da 2ª Vara do Trabalho de São Bento do Sul para a jurisdição de Lages.

A 3ª e a 4ª Varas do Trabalho de Chapecó foram instaladas em 10 de maio de 2013. Em 20 de agosto de 2013 foi instalada a Vara do Trabalho de Palhoça, onde até então funcionava uma Unidade Judiciária Avançada. Já a 3ª Vara do Trabalho de Lages foi instalada em 25 de novembro de 2013 e, em meados de 2014, será concluída a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Brusque, perfazendo o total de 60 Varas do Trabalho em toda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Ao completar 30 anos de existência, em 2011, haviam sido julgados 1.635.420 processos. Em 2012, a Justiça tres do Trabalho julgou, na primeira instância, 5.045 (7,61%) processos a mais que em 2011, totalizando 1.744.301 processos. Houve um aumento de 7.531 (11,44%) processos recebidos. Das 55 Varas Trabalhistas (VTs) do Estado, 42 apresentaram crescimento no número de processos recebidos. Já, no segundo grau, foram julgados 3.356 (16,20%) processos a mais do que em 2011, sendo julgados mais processos do que os distribuídos no mesmo ano.

Em 2013, de janeiro a agosto, a Justiça do Trabalho de Santa Catarina julgou na primeira instância 48.987 processos, 1.192 (2,49%) processos a mais que no mesmo período de 2012, tendo sido recebidos 56.940 processos, 6.877 (13,74%) a mais que em 2012.

Das 58 Varas Trabalhistas do Estado, 43 apresentaram crescimento no número de processos recebidos e três Varas foram instaladas até agosto de 2013 (3ª e 4ª de Chapecó e Palhoça).

Sobre a capacitação de pessoal, logrou-se alcançar a participação de 50% dos servidores em pelo menos um curso. Além disso, 20% dos magistrados e dos servidores envolvidos na utilização do PJe-JT e na gestão estratégica participaram de cursos de capacitação com pelo menos 20 horas/aula. Em 2012 foram promovidos e organizados 173 eventos de capacitação, dentre eventos internos, externos e à distância. No total, 2.843 vagas foram ocupadas por servidores do Tribunal em eventos de capacitação organizados ou intermediados pelo SCD. Nesse ano, destacou-se o Programa Descentralizado de Capacitação, que possibilitou aos servidores de diversas Varas do Trabalho planejar e organizar, com certa autonomia, a execução de atividades de capacitação em suas próprias cidades. Mil e cem servidores participaram de pelo menos um evento de capacitação organizado ou promovido pelo SCD em 2012, contudo foram ocupadas 2.843 vagas.



Audiência, realizada no TRT 12, referente à greve do transporte coletivo de Blumenau, em 12-11-2012.

No ano de 2013, até 16 de outubro, o SCD promoveu e organizou 153 eventos de capacitação, dentre treinamentos internos, externos e à distância. No entanto, mais 61 cursos estão em andamento e serão disponibilizados até o final do exercício, com previsão de oferecimento de aproximadamente 700 vagas. Dentre esses cursos merecem destaque o de Análise de Mercado, Orçamento Público, Direito Material e Processual do Trabalho, na modalidade EAD, Introdução ao PJe – EAD, Previdência Complementar, Gestão Estratégica e palestras na área da saúde e de caráter motivacional. Considerando esses 61 eventos em andamento, totalizarão, até o final do exercício, 214 eventos de capacitação promovidos em 2013. Até 16-10-2013 foram ocupadas 2567 vagas por 1042 servidores, sendo que alguns servidores participaram de mais de um evento. Merecem destaque em 2013 o curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais destinado a 260 gestores, oferecido na



Atendimento às partes e advogados no Serviço Processual.





Trabalhadores do transporte coletivo de Florianópolis, em greve, aguardando decisão em frente ao TRT, em 10-6-2013.



Audiência de conciliação no TRT visando ao fim da greve dos trabalhadores do transporte coletivo de Florianópolis, em 4-7-2013.

modalidade à distância, e os presenciais de Pje, que fazem parte do processo de implantação dessa nova ferramenta de trabalho. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) também constaram do rol de preocupações do CNJ na eleição das metas para 2012. Pelo menos 60% das unidades judiciárias e administrativas foram beneficiadas com tais iniciativas.

Visando à melhora das condições de trabalho, mediante a prevenção e monitoramento da saúde de servidores e magistrados, o Tribunal, já em 2012, adquiriu cadeiras ergonômicas modelo LED, *mouses* ergonômicos modelo "orthomouse" e suportes para monitores, priorizando os locais em que o PJe-JT já foi implantado.

Os problemas na área do transporte público urbano continuaram repercutindo no Tribunal do Trabalho de Santa Catarina. Em 10 de junho 2013, trabalhadores do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Coletivo) entraram em greve por tempo indeterminado por discordarem da proposta do Setuf (Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis). Era a 14ª greve consecutiva na região. A principal reivindicação, dessa vez, era a redução da jornada de trabalho de 6 horas



Julgamento do dissídio coletivo do setor de guarda e transporte de valores em Santa Catarina, em 12-7-2012.

e 20 minutos para 6 horas, e a extinção das jornadas de 3 horas. No dia seguinte, os trabalhadores encerraram a greve, mas não entraram em acordo com os empresários. Os sindicatos também não cumpriram a determinação de frota mínima, que teve ordem judicial. Em 12 de junho, o TRT/SC determinou o bloqueio de R\$ 200 mil de contas bancárias de cada um dos três sindicatos envolvidos com a greve do transporte coletivo.



Em 23 de fevereiro de 2011, audiência media greve dos transportadores de valores. O processo em pauta era um dissídio coletivo em que o Sindicato das Empresas de Segurança Privada no Estado (Sindesc) pediu ao Tribunal para declarar a abusividade da greve promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Carro-Forte, Guarda, Transportes de Valores, Escolta Armada no Estado (Sintravasc).





2ª Semana Nacional da Execução Trabalhista, realizada no período de 11 a 15 de junho de 2012.

Em 4 de julho, em reunião de conciliação no TRT, não houve acordo. Paralisações relâmpago foram feitas até o dia 8 de julho, quando aconteceu nova audiência, que determinou aumento de 7,16% para os motoristas e cobradores de Florianópolis, índice definido conforme a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Os cinco desembargadores que participaram da audiência mantiveram a jornada de seis horas para os trabalhadores, sendo vinte minutos de intervalo. O valor do vale-alimentação também teve alteração. A greve foi julgada abusiva e ilegal pelos representantes do TRT catarinense, mas os empresários deveriam providenciar o pagamento dos dias parados. No dia 11, motoristas e cobradores aderiram parcialmente à greve geral convocada pelas centrais sindicais no país.

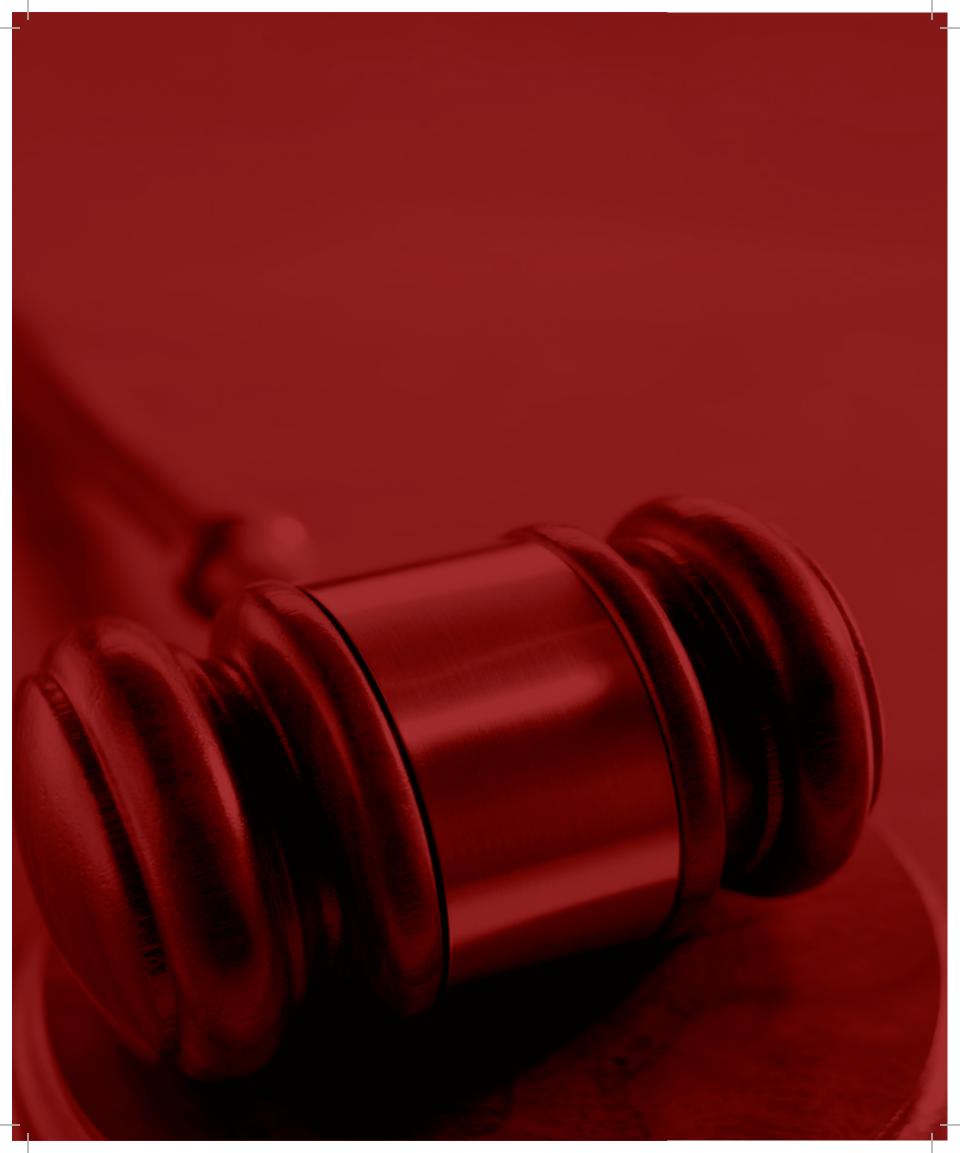
A terceira edição da Semana Nacional de Execução Trabalhista, ocorrida de 26 a 30 de agosto de 2013 em todos os TRTs do país, para agilizar o pagamento de dívidas trabalhistas, produziu bons resultados em Santa Catarina. Nos quatro primeiros dias do evento, foram realizadas 299 audiências de conciliação no primeiro e segundo graus, somente de processos em fase de execução. Foram homologados 166 acordos, alcançando o índice de pouco mais de 55% de conciliação. Com esses acordos foram arrecadados aproximadamente R\$ 4 milhões, que chegarão mais rapidamente às mãos dos credores, aí incluídos a Previdência Social e a Receita Federal. Os leilões também obtiveram um ótimo desempenho nos quatro primeiros dias da semana. Foram apregoados 807 bens,

que renderam mais R\$ 2,7 milhões. Somente a 4ª VT de Criciúma, por exemplo, arrecadou mais de R\$ 500 mil no dia 26 de agosto de 2013, com leilões realizados na unidade judiciária. Audiência conduzida pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), Desembargadora Gisele Pereira Alexandrino, pôs fim a dois processos contra a empresa Jotur Auto Ônibus e Turismo. A audiência ocorreu na sala de sessões da 1ª Turma, no dia 30 de agosto de 2013, último dia da Semana Nacional da Execução Trabalhista. Uma das partes fechou o acordo em torno de R\$ 127 mil e a outra em quase R\$ 355 mil. Pelos dados finais aproximados, cerca de R\$ 6,3 milhões, resultantes de acordos na execução, foram repassados a trabalhadores que ganharam causas, mas não tinham recebido por dificuldades de cobrança.

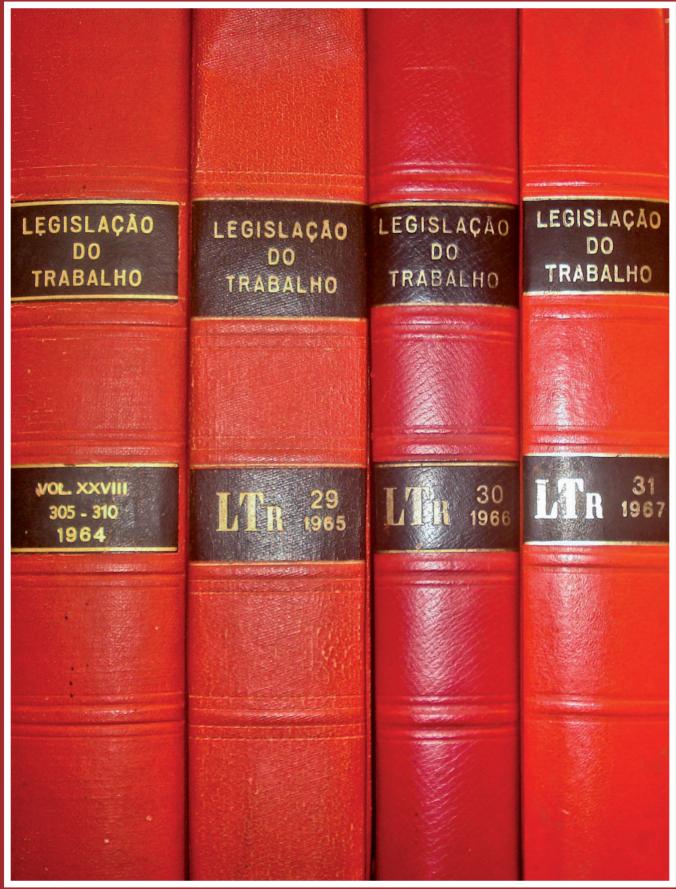
Uma iniciativa pioneira, que trouxe solução para uma antiga demanda dos diretores das unidades judiciárias, já em funcionamento desde o mês de novembro de 2013, é o Portal de Certidões, uma nova área do *site* do Tribunal criada para gerar certidões de crédito trabalhista, direcionadas às partes que têm créditos reconhecidos em sentença judicial transitada em julgado, e para gerar certidões de habilitação de créditos no juízo falimentar ou em recuperação judicial, para que as partes credoras se habilitem perante o administrador judicial. A necessidade surgiu a partir de uma orientação da Corregedoria.



Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Em pé: Des. Amarildo Carlos de Lima, Des.ª Teresa Regina Cotosky, Des. Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira, Des.ª Viviane Colucci, Des. Jorge Luiz Volpato, Des.ª Maria Aparecida Caitano, Des. Gracio Ricardo Barboza Petrone, Des. Edson Mendes de Oliveira, Des.ª Lourdes Dreyer, Des. Marcos Vinicio Zanchetta, Des. José Ernesto Manzi, Des. Gilmar Cavalieri. Sentadas: Des.ª Maria de Lourdes Leiria, Des.ª Ligia Maria Teixeira Gouvêa, Des.ª Gisele Pereira Alexandrino, Des.ª Lília Leonor Abreu, Des.ª Águeda Maria Lavorato Pereira, Des.ª Mari Eleda Migliorini.



As sedes do TRT da 12ª Região



Revista LTr.



As sedes do TRT da 12ª Região

TRT da 12ª Região funcionou na rua Saldanha Marinho até 30 de setembro de 1983, quando foi transferido para a nova sede, em endereço próprio, à rua Esteves Júnior. Entrementes, adquiriu-se um imóvel pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, constituído de um prédio de três pavimentos com área construída de, aproximadamente, 1.800 m², com frente para a rua Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, e um terreno de 2.774 m², ao fundo, com frente para a rua Esteves Júnior, nº 93 (atual nº 395). A esse imóvel foi posteriormente anexada outra área de 660 m², sem edificações, com frente para a rua Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, formando, assim, uma área total de 3.434 m² com frente para ambas as vias públicas já mencionadas. Em 31 de outubro de 1983, o prédio contíguo à sede do Tribunal foi desapropriado pelo Decreto n.º 88.921, de 26 de outubro de 1983, da Presidência da República, abrigando, até 1989, os gabinetes dos juízes.

A partir das edificações existentes e do terreno disponível, a Assessoria Especial de Planejamento, criada junto à Presidência do Tribunal, passou a fazer estudos e a elaborar projetos de reforma e ampliação nos prédios antigos, inclusive o projeto da futura sede, visando a instalar, em um único local, todos os serviços judiciários e administrativos afetos ao Tribunal.



Primeira sede própria do TRT da 12ª Região, na rua Esteves Júnior, em 1982. O imóvel pertencia à Universidade Federal de Santa Catarina e foi adquirido pelo TRT em 1981. A esse imóvel, posteriormente, foi anexada outra área de 660 m², sem edificações, com frente para a rua Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, formando, assim, uma área de 3.434 m², com frente para ambas as vias públicas.





Obras de reforma e ampliação do prédio-sede, na rua Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, em 1983.



Plenário do TRT 12, em 1983.



Solenidade de descerramento da placa de inauguração da sede própria do TRT da 12ª Região, na rua Esteves Júnior, em 1983. A placa é descerrada pelo Ministro Carlos Alberto Barata e Silva, Presidente do TST, na presença do Des. José Fernandes da Câmara Canto Rufino, Presidente do Tribunal.

Em meados de 1982, foram iniciadas as obras civis de reformas e ampliação nos imóveis adquiridos, começando pelo antigo prédio da Faculdade de Bioquímica, adquirido da UFSC, para alojar grande parte dos serviços. No dia 30 de setembro de 1983, mesmo não contando com a conclusão total das obras de ampliação e reformas planejadas, o TRT da 12ª Região foi oficialmente instalado em sua sede própria à rua Esteves Júnior, nº 93 (atual nº 395). Para assinalar a data, foi realizada uma Sessão Solene, bem como descerrada uma placa comemorativa.

Concluídos os procedimentos jurídicos de desapropriação do imóvel já mencionado, foi dado início a sua reforma para abrigar os gabinetes de juízes, bem como à construção de um prédio especial de um pavimento para o Plenário do Tribunal. Em 1984, a Prefeitura Municipal de Florianópolis aprovou o projeto relativo ao prédio principal; ainda no mesmo ano, iniciou-se o estaqueamento.

Em 22 de novembro de 1985, foi entregue o prédio adaptado para abrigar os gabinetes de juízes, em Sessão Solene, na presença do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Carlos Coqueijo Torreão da Costa, do seu Vice-Presidente, Ministro Marcelo Pimentel, do Governador do Estado, Esperidião Amim Helou Filho, do Arcebispo Metropolitano, Dom Afonso Niehues, das autoridades civis, militares e sindicais, foi inaugurado o novo Plenário.

As obras do prédio principal tiveram sequência, bem como as adaptações em andamento, e, ao ensejo da comemoração dos oito anos de instalação do Tribunal, em 11 de dezembro de 1989, foi inaugurado o edifício-sede, com 13 pavimentos e 5.389 m² de área construída, formando, com as outras edificações, um conjunto que abriga as áreas Judiciária e Administrativa do Tribunal, com exceção do Serviço de Assistência aos Servidores, localizado em prédio diverso.





Primeira sede própria do TRT da 12^a Região, na rua Prof. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, n^o 80, em 1984.



Em janeiro de 1984, o Juiz José Fernandes da Câmara Canto Rufino apresenta maquete do novo prédio-sede do TRT da 12ª Região ao Juiz Arthur Seixas dos Anjos, que estava em visita ao TRT catarinense.



Parte do acervo histórico do TRT.



 $Pr\'edio-se de \ dos \ gabinetes \ do \ Tribunal, chamado \ de \ ``Casa \ dos \ Ju\'izes", na \ rua \ Esteves \ J\'unior, em \ 1985.$





Inauguração do novo Plenário do TRT da 12ª Região, em 22 de novembro de 1985. Da esquerda para a direita: Des. Dilnei Ângelo Biléssimo, Des. Airton Minoggio do Nascimento, Des.ª Ione Ramos, Des. Victório Ledra, Ministro Marcelo Pimentel, Des. José Luiz Moreira Cacciari, Ministro Carlos Coqueijo Torreão da Costa, Des. José Fernandes da Câmara Canto Rufino, Des. Umberto Grillo, Des. Pedro Natali e Des. Anselmo Raimundo.



Prédio Sede TRT 12



Bibliografia consultada

AXT, Gunter. Ajuris, 60 anos. O fazer-se da magistratura gaúcha. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.

BOTELHO, Luciana Pimenta de Oliveira. Conflitos de competência como reflexo da Emenda Constitucional nº 45/2004: a experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. São José: [s.n.], 2007. 94 p.

DROPPA, Alisson; **OLIVEIRA**, Walter. Os processos da Justiça do Trabalho como fonte de pesquisa: a preservação da memória da luta dos trabalhadores. Caxias do Sul. MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 23, p. 86-99, jan./jun. 2013, p. 86-99.

FRENCH, John D. *Afogados em leis*. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito do Trabalho. Ed. Atlas. 2013.

MENDES, Alexandre Marques. Classe trabalhadora e Justiça do Trabalho: experiência, atitudes e expressões do operário do calçado (Franca-SP, 1968-1988). 2005. Tese.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Labor, Law and the State in Brazil: 1930-1950*. Tese de Doutorado em História, Birbeck College, University of London, 1988.

PUECH, Luiz Roberto de Rezende. *Direito individual e coletivo do trabalho (estudos e comentários)*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1960.

QUADROS, Waldir. Classes sociais e desemprego no Brasil dos anos 1990. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, nº 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

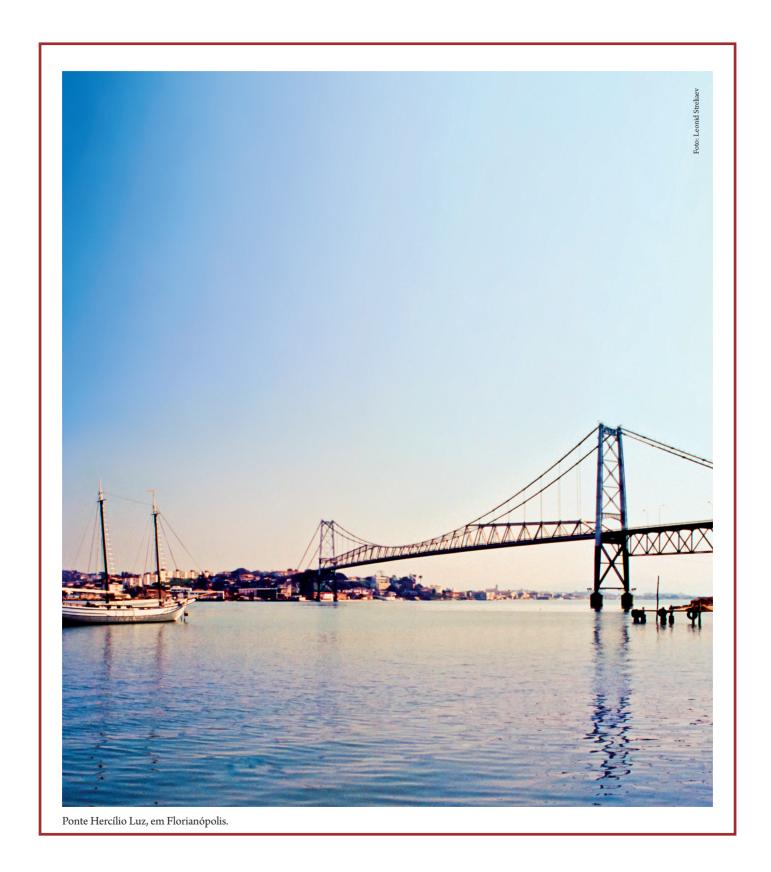
SANTOS Júnior, Rubens Fernando Clamer dos. O poder normativo da Justiça do Trabalho: considerações após a Emenda Constitucional nº 45/04. Rev. TST, Brasília, vol. 76, nº 2, abr./jun. 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SIMÃO, Azis. O sindicato na vida política brasileira. Revista de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) I, nº 9, 1962.

VARUSSA, Rinaldo J. Trabalho e legislação: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí – SP, décadas de 40 a 60). 2002. Tese (Doutorado em História) – PUCSP, São Paulo, 2002.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Direito do Trabalho e democracia social (o problema da incorporação do trabalhador ao Estado)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.





Fachada da sede da Vara do Trabalho de Araranguá.



órum Trabalhista de Balneário Camborió



Varas do Trabalho de Blumenau



Vara do Trabalho de Brusque



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Caçador.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Canoinhas.



1ª e 2ª Varas do Trabalho de Chapecó.



3ª e 4ª Varas do Trabalho de Chapecó



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Concórdia.



Fórum Trabalhista de Criciúma.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Curitibanos.



Fórum Trabalhista de Florianópolis.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Fraiburgo.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Imbituba.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Indaial.



Fórum Trabalhista de Itajaí.



Fórum Trabalhista de Jaraguá do Sul.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Joaçaba.



Fórum Trabalhista de Joinville.



Fórum Trabalhista de Lages.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Mafra.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Navegantes.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Palhoça.



Fórum Trabalhista de Rio do Sul.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de São Bento do Sul.



Fórum Trabalhista de São José.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Timbó.



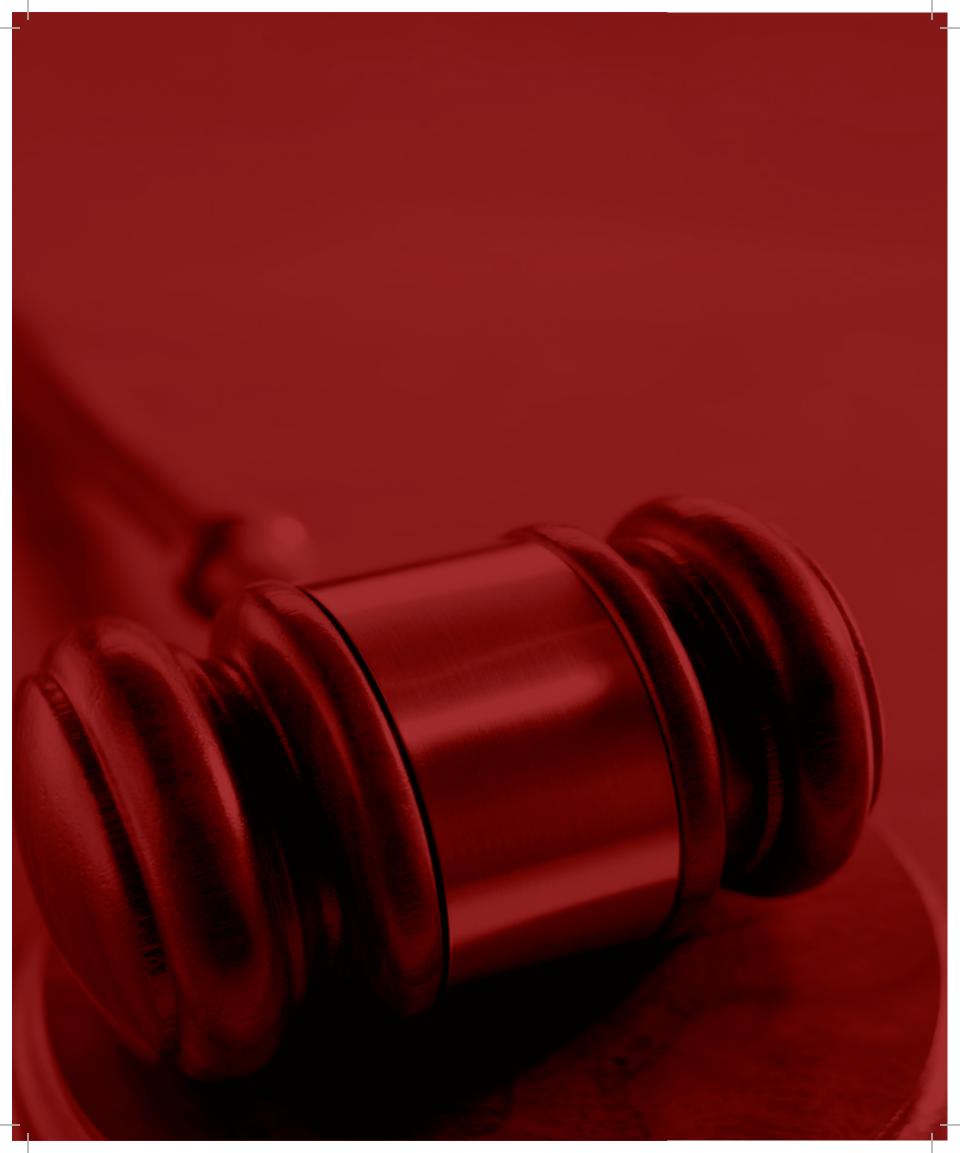
Fórum Trabalhista de Tubarão.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Videira.



Fachada da sede da Vara do Trabalho de Xanxerê.



Administrações TRT da 12ª Região

Administrações



11-3-1982 a 19-3-1984

Presidente: Juiz José Fernandes da Câmara Canto Rufino **Vice-Presidente:** Juiz José Luiz Moreira Cacciari

20-3-1984 a 19-3-1986

Presidente: Juiz José Luiz Moreira Cacciari **Vice-Presidente:** Juiz Victório Ledra



20-3-1986 a 20-3-1988

Presidente: Juiz Victório Ledra **Vice-Presidente:** Juíza Ione Ramos

21-3-1988 a 19-3-1990

Presidente: Juíza Ione Ramos **Vice-Presidente:** Juiz Umberto Grillo





20-3-1990 a 19-3-1992

Presidente: Juiz Umberto Grillo

Vice-Presidente: Juiz Airton Minoggio do Nascimento

Corregedor: Juiz Victório Ledra

20-3-1992 a 17-3-1994

Presidente: Juiz Airton Minoggio do Nascimento Vice-Presidente: Juiz José Fernandes da Câmara Canto Rufino Corregedora: Juíza Júlia Mercedes Cury Figueiredo





18-3-1994 a 17-3-1996

Presidente: Juiz Pedro Alves de Almeida

Vice-Presidente: Juíza Júlia Mercedes Cury Figueiredo

Corregedor: Carlos Alberto Godoy Ilha

18-3-1996 a 17-3-1998

Presidente: Juíza Júlia Mercedes Cury Figueiredo **Vice-Presidente:** Juíza Alveny de Andrade Bittencourt

Corregedora: Juíza Ione Ramos



18-3-1998 a 17-3-2000

Presidente: Juiz Antonio Carlos Faccioli Chedid **Vice-Presidente:** Juíza Lília Leonor Abreu **Corregedora:** Juíza Lígia Maria Teixeira Gouvêa





18-3-2000 a 17-3-2002

Presidente: Juíza Lília Leonor Abreu

Vice-Presidente: Juíza Lígia Maria Teixeira Gouvêa Corregedora: Águeda Maria Lavorato Pereira

18-3-2002 a 17-3-2004

Presidente: Juíza Lígia Maria Teixeira Gouvêa Vice-Presidente: Juiz Carlos Alberto Godoy Ilha Corregedor: Juiz Marcus Pina Mugnaini





18-3-2004 a 16-3-2006

Presidente: Juíza Águeda Maria Lavorato Pereira

Vice-Presidente: Juiz Jorge Luiz Volpato Corregedora: Juíza Licélia Ribeiro

17-3-2006 a 13-12-2007

Presidente: Juiz Jorge Luiz Volpato **Vice-Presidente:** Juíza Licélia Ribeiro **Corregedora:** Juíza Maria do Céo de Avelar





14-12-2007 a 24-9-2008

Presidente: Juiz Marcus Pina Mugnaini

Vice-Presidente: Juíza Maria do Céo de Avelar*
Corregedora: Juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre
*Presidência exercida na forma do Art. 13 do Regimento Interno,
durante o período de 24 de setembro a 9 de outubro de 2008.

10-10-2008 a 9-12-2009

Presidente: Juíza Marta Maria Villalba Falcão Fabre **Vice-Presidente:** Juíza Maria do Céo de Avelar **Corregedor:** Juiz Gilmar Cavalieri





10-12-2009 a 7-12-2011

Presidente: Desembargador Gilmar Cavalieri

Vice-Presidente: Desembargador Gerson Paulo Taboada Conrado Corregedora: Desembargadora Gisele Pereira Alexandrino

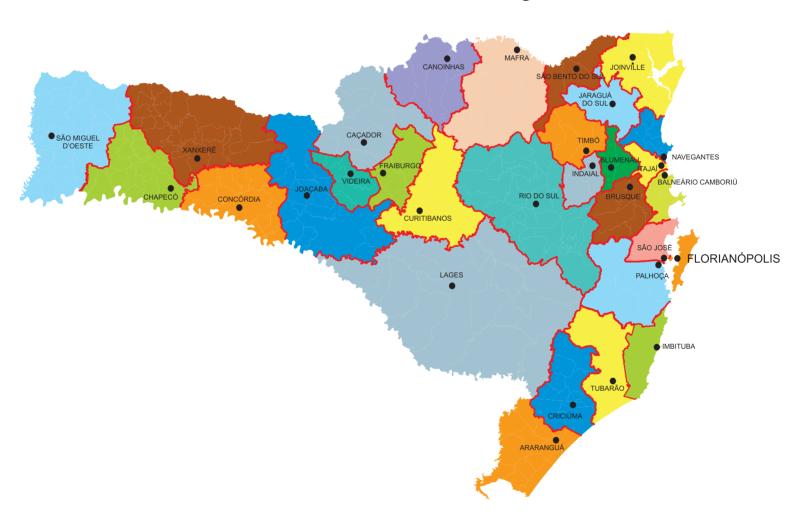
8-12-2011 a 5-12-2013

Presidente: Desembargadora Gisele Pereira Alexandrino Vice-Presidente: Desembargador Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira Corregedor: Desembargador Edson Mendes de Oliveira





Mapa de Santa Catarina Varas do Trabalho da 12ª Região



Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região Santa Catarina

Gisele Pereira Alexandrino

Desembargadora do Trabalho-Presidente

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira

Desembargador do Trabalho-Vice-Presidente

Edson Mendes de Oliveira

Desembargador do Trabalho-Corregedor

Eleonora Lebarbenchon Silveira de Borba

Secretária-Geral da Presidência

Silvana Schaarschmidt

Diretora da Secretaria Judiciária

Vanderlei Luiz Ricken

Assessor de Comunicação Social

Luciana Pimenta de Oliveira Botelho

Diretora do Serviço de Documentação, Divulgação e Jurisprudência

Elisete Maria da Cunha

Assistente-Chefe do Setor de Memória Institucional

DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Águeda Maria Lavorato Pereira

Amarildo Carlos de Lima

Edson Mendes de Oliveira

Garibaldi Tadeu Pereira Ferreira

Gilmar Cavalieri

Gisele Pereira Alexandrino

Gracio Ricardo Barboza Petrone

Jorge Luiz Volpato

José Ernesto Manzi

Ligia Maria Teixeira Gouvêa

Lília Leonor Abreu

Lourdes Dreyer

Marcos Vinicio Zanchetta

Mari Eleda Migliorini

Maria Aparecida Caitano

Maria de Lourdes Leiria

Teresa Regina Cotosky

Viviane Colucci

RELAÇÃO DAS VARAS DO TRABALHO E JUÍZES TITULARES

VARA DO TRABALHO DE ARARANGUÁ

Juíza do Trabalho: Dra. Sandra Silva dos Santos

1ª VARA DO TRABALHO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Juíza do Trabalho: Dra. Sônia Maria Ferreira Roberts

2ª VARA DO TRABALHO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Juiz do Trabalho: Dr. Irno Ilmar Resener

1ª VARA DO TRABALHO DE BLUMENAU

Juiz do Trabalho: Dr. Nelson Hamilton Leiria

2ª VARA DO TRABALHO DE BLUMENAU

Juíza do Trabalho: Desirré Dorneles de Ávila Bollmann

3ª VARA DO TRABALHO DE BLUMENAU

Juiz do Trabalho: Dr. José Lucio Munhoz

4ª VARA DO TRABALHO DE BLUMENAU

Juiz do Trabalho: Dr. Silvio Ricardo Barchechen

VARA DO TRABALHO DE BRUSQUE

Juiz do Trabalho: Dr. Hélio Henrique Garcia Romero

VARA DO TRABALHO DE CAÇADOR

Juiz do Trabalho: Dr. Etelvino Baron

VARA DO TRABALHO DE CANOINHAS

Juiz do Trabalho: Dr. Lauro Stankiewicz

1ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Juiz do Trabalho: Dr. Carlos Frederico Fiorino Carneiro

2ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Juíza do Trabalho: Dra. Deisi Senna Oliveira

3ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Juíza do Trabalho: Dra. Vera Marisa Vieira Ramos

4ª VARA DO TRABALHO DE CHAPECÓ

Juiz do Trabalho: Dr. Giovanni Olsson

VARA DO TRABALHO DE CONCÓRDIA

Juiz do Trabalho: Dr. Adilton José Detoni

1ª VARA DO TRABALHO DE CRICIÚMA

Juíza do Trabalho: Dra. Rosilaine Barbosa Ishimura Sousa

2ª VARA DO TRABALHO DE CRICIÚMA

Juíza do Trabalho: Dra. Andrea Cristina de Souza Haus Bunn

3ª VARA DO TRABALHO DE CRICIÚMA

Juíza do Trabalho: Dra. Miriam Maria D'Agostini

4ª VARA DO TRABALHO DE CRICIÚMA

Juiz do Trabalho: Dr. Erno Blume

VARA DO TRABALHO DE CURITIBANOS

Juiz do Trabalho: Dr. Jayme Ferrolho Júnior

1ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juiz do Trabalho: Dr. Helio Bastida Lopes

2ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juiz do Trabalho: Dr. Roberto Basilone Leite

3ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juíza do Trabalho: Dra. Maria Aparecida Ferreira Jerônimo

4ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juíza do Trabalho: Dra. Mirna Uliano Bertoldi

5ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juíza do Trabalho: Dra. Rosana Basilone Leite Furlani

6ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juiz do Trabalho: Dr. Alexandre Luiz Ramos

7ª VARA DO TRABALHO DE FLORIANÓPOLIS

Juiz do Trabalho: Dr. Carlos Alberto Pereira de Castro

VARA DO TRABALHO DE FRAIBURGO

Juiz do Trabalho: cargo vago

VARA DO TRABALHO DE IMBITUBA

Juiz do Trabalho: Dr. Daniel Natividade Rodrigues de Oliveira

VARA DO TRABALHO DE INDAIAL

Juiz do Trabalho: Dr. Reinaldo Branco de Moraes

1ª VARA DO TRABALHO DE ITAJAÍ

Juiz do Trabalho: Dr. Roberto Luiz Guglielmetto

2ª VARA DO TRABALHO DE ITAJAÍ

Juiz do Trabalho: Dr. Ubiratan Alberto Pereira

3 ª VARA DO TRABALHO DE ITAJAÍ

Juiz do Trabalho: Dr. Ricardo Córdova Diniz

1ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL

Juiz do Trabalho: Dr. Fernando Luiz de Souza Erzinger

2ª VARA DO TRABALHO DE JARAGUÁ DO SUL

Juiz do Trabalho: Dr. Felipe Arthur Winter

VARA DO TRABALHO DE JOAÇABA

Juiz do Trabalho: Dr. Rodrigo Goldschmidt

1ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Juiz do Trabalho: Dr. César Nadal Souza

2ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Juíza do Trabalho: Dra. Tatiana Sampaio Russi

3ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Juíza do Trabalho: Dra. Eronilda Ribeiro dos Santos

4ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Juiz do Trabalho: Dr. Nivaldo Stankiewicz

5ª VARA DO TRABALHO DE JOINVILLE

Juiz do Trabalho: Dr. Antônio Silva do Rego Barros

1ª VARA DO TRABALHO DE LAGES

Juíza do Trabalho: Dra. Patrícia Pereira de Sant'anna

2ª VARA DO TRABALHO DE LAGES

Juíza do Trabalho: Dra. Karem Mirian Didoné

VARA DO TRABALHO DE MAFRA

Juiz do Trabalho: Dr. Valter Túlio Amado Ribeiro

VARA DO TRABALHO DE NAVEGANTES

Juiz do Trabalho: Dr. Luiz Carlos Roveda

VARA DO TRABALHO DE PALHOÇA

Juiz do Trabalho: Dr. José Carlos Külzer

1ª VARA DO TRABALHO DE RIO DO SUL

Juíza do Trabalho: Dra. Ilma Vinha

2ª VARA DO TRABALHO DE RIO DO SUL

Juiz do Trabalho: Dr. Roberto Masami Nakajo

VARA DO TRABALHO DE SÃO BENTO DO SUL

Juiz do Trabalho: Dr. Alfredo Rego Barros Neto

1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ

Juiz do Trabalho: Dr. Jony Carlo Poeta

2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ

Juíza do Trabalho: Dra. Maria Beatriz Vieira da Silva Gubert

3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ

Juíza do Trabalho: Dra. Magda Eliete Fernandes

VARA DO TRABALHO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Juiz do Trabalho: Dr. Gustavo Rafael Menegazzi

VARA DO TRABALHO DE TIMBÓ

Juíza do Trabalho: Dra. Nelzeli Moreira da Silva Lopes

1ª VARA DO TRABALHO DE TUBARÃO

Juiz do Trabalho: Dr. Ricardo Kock Nunes

2ª VARA DO TRABALHO DE TUBARÃO

Juiz do Trabalho: Dr. Narbal Antônio de Mendonça Fileti

VARA DO TRABALHO DE VIDEIRA

Juiz do Trabalho: Dr. Luiz Osmar Franchin

VARA DO TRABALHO DE XANXERÊ

Juiz do Trabalho: cargo vago



Gráfica Monalisa Papel Couchê Fosco 170g Formato 23.9x29 cm 112 páginas Fonte Arno Pro

Este livro foi impresso em novembro de 2013